

Maria José dos Santos Cunha

CASARÃO DA QUARENTENA



15-11-2011

Diagnóstico do Casarão e entorno

Diagnosticar a posição do aldeamento indígena de Reritiba e das ruínas da casa chamada “Casarão da Quarentena”
Município de Anchieta – ES

Casarão da Quarentena

DIAGNÓSTICO DO CASARÃO E ENTORNO

1 | Âmbito

Por solicitação da Gerência de Cultura de Anchieta foi feito um diagnóstico *in loco* do Casarão da Quarentena e entorno considerando-se a posição do mesmo relativamente ao assentamento pré-histórico da aldeia indígena de Reritiba continuada e ampliada no período histórico, com a presença e coordenação dos padres da Companhia de Jesus. Neste campo de ação, foram feitas duas deslocações ao local, a primeira no dia 9 de novembro acompanhada por uma técnica da referida Gerência de Cultura, que nos apresentou o local, e a segunda no dia 13 do mesmo mês, acompanhada por dois carpinteiros, a fim de se conseguir uma identificação e avaliação do estado das madeiras. Nelas, pudemos verificar a integridade do edifício, com incidência nas madeiras remanescentes, outros materiais e técnicas de construção no chamado Casarão da Quarentena, ao diante designado por Casarão, bem como a sua localização e meio ambiente circundante.

A edificação serviu de base de apoio às famílias de imigrantes chegadas ao Município de Anchieta, na segunda metade do Séc. XIX, antes destes serem conduzidos às terras que passariam a ocupar e povoar ou até à obtenção de contratos de trabalho.

2 | Enquadramento histórico

Encontra-se o Casarão intimamente relacionado com a chegada sistemática de colonos livres, os imigrantes subvencionados pelo poder público ou pela iniciativa privada de ricos fazendeiros, atraindo famílias que originaram as colônias agrícolas na região sul do Estado. Para o Município de Anchieta, a presença dos imigrantes nas últimas décadas da segunda metade do Séc. XIX reveste-se de suma importância e interesse histórico, particularmente, para a História regional e estadual. Foram as atividades e a presença dessas famílias que facilitaram a transição para uma nova feição econômica e social, até então, maioritariamente de cunho indígena, de base colonial portuguesa.

O impacto da chegada e fixação dos imigrantes ao município traduziu-se num crescimento populacional da vila de Benevente. Disso não nos restam dúvidas depois de lermos nos manuscritos do Grupo Documental Governadoria, Série Histórica do Arquivo Público do ES, a troca de correspondência entre a Câmara e os párocos com o presidente ou o vice-presidente da província.

Na atualidade, a entrada no município de grandes multinacionais propiciarão o estabelecimento de outras, pequenas e médias, empresas. Juntas, são responsáveis pela captação de novos habitantes, bem como pela relocação de duas comunidades até agora rurais para dentro da cintura urbana da cidade. Nova fase de mudança se inicia a qual trará aquilo que os sociólogos da escola de Chicago definiram como desorganização, ou seja, o declínio da influência dos valores coletivos sobre o indivíduo, consequência das variações rápidas no ambiente econômico e social da cidade, aceleradas pela migração.

Pelo seu papel, o Casarão é um marco histórico do patrimônio individual, coletivo, imobiliário, mas também imaterial, porque por ele passaram algumas das tradições do anchietaense. Importa, portanto, preservá-lo como parte viva da comunidade e do progresso, capaz de proporcionar um sentido de orientação e de raízes ao povo.

3 | Enquadramento legal

Constituição da República, promulgada a 5 de Outubro de 1988

- Bens da União: Art. 20, X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- Patrimônio cultural brasileiro: Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937

- Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

21ª Superintendência Regial/ IPHAN – Definição da área de vizinhança do conjunto arquitetônico jesuítico tombado de Anchieta - ES

- Mapa com a linha poligonal do bem tombado.

4 | Localização do imóvel

Situado no cimo duma colina, na fazenda São Martinho.

Trata-se duma construção rectangular orientada de forma a tirar bom partido da ventilação natural com ventos predominantes de NE, na parte mais quente do ano, em especial nos meses de outubro a março, e de Su-SE nos restantes (Martin, 1997).

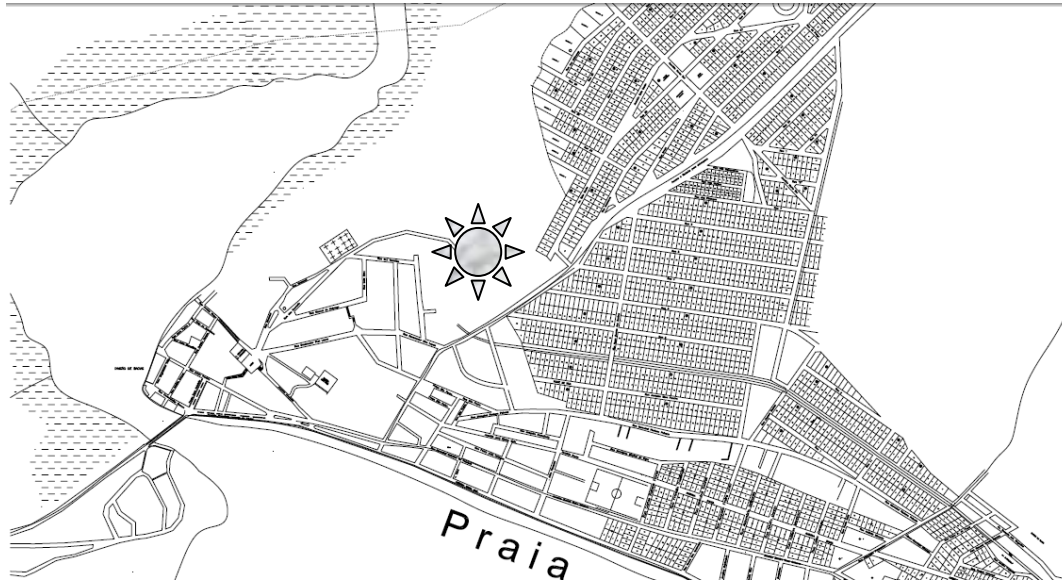


Fig. A: Localização do Casarão e entorno.

5 | Estado atual

Encontra-se em adiantado estado de degradação, com evidentes indícios de depredação a nível do madeirame e de duas paredes internas.



Foto 1 – Pormenor da fachada traseira do Casarão. Através da porta são visíveis as aduelas da porta de acesso a um dos quartos. No chão havia indícios da queda recente da parede. Faltam os degraus exteriores que, a seguirem o padrão das outras duas portas, seriam em pedra e removidos, em data incerta, por ação humana.

Foto do autor, 9 novembro 2011

6 | Caracterização do imóvel

Casa térrea de planta simples, estreita e alongada com três portas.

A construção foi feita com materiais nobres: pedra, tijolo e madeira.

São as paredes externas feitas com pedra marroada e as paredes internas com tijolinho queimado, estando a madeira reservada ao soalho, aduelas, portas, forro e telhado.

Os acessos ao Casarão são: a entrada principal, virada ao caminho, com cinco (5) degraus em pedra de forma paralelepípeda; uma porta na parede dos fundos (lateral), presumivelmente no local da cozinha, com três (3) degraus de pedra; uma terceira, próxima da anterior, na parede traseira, à qual se acederia através de degraus, presumimos que em pedra, mas entretanto desaparecidos.

Possui na fachada frontal oito (8) janelas, seis (6) nas traseiras, quatro (4) na fachada virada ao mar, duas das quais entretanto fechadas com tijolo posteriormente e duas (2) na lateral oposta.

As portas internas e externas são idênticas, com 2.75m x 1.20m (Alt. X Lar.) e as aduelas de madeira medem 0.20mx0.20m de espessura.



Foto 2 – Fachada traseira do Casarão com 6 aberturas de janelas e uma porta.

Foto do autor, 9 novembro 2011



Foto 3 – Pedra marroada. Parede externa dos fundos da casa onde provavelmente seria a cozinha.

Foto do autor, 13 novembro 2011



Foto 4 – (A) Parede interna em tijolinho queimado. (B) Aduela da porta picada para facilitar a aplicação do reboco.

Foto do autor, 9 novembro 2011



Foto 5 – A parte inferior da parede interna em tijolinho indicia ter sido derrubada, uma vez que a estrutura e a parte superior da mesma se encontram em bom estado.

Foto do autor, 13 novembro 2011

Na construção do Casarão foram usadas várias madeiras nobres: ipê preto, ipê amarelo, braúna parda¹, braúna preta e peroba rosa. No exterior da casa foi ainda encontrada uma viga de cedro, porém, por estar descontextualizada do edifício não se pode afirmar que tenha feito parte do mesmo. Aquelas madeiras são usadas nas aduelas das janelas, das portas, baldrames do soalho, assim como nas madeiras para suporte das telhas. Desconhece-se a natureza das madeiras das portas, do forro e das tábuas do soalho por, na breve visita, não se ter encontrado nenhum vestígio destes itens nos respectivos locais.

O bom estado das madeiras existentes, não obstante estarem sujeitas aos elementos climáticos, vegetais e humanos deixa antever que, se devidamente tratadas, ficarão em condições de poderem sobreviver por muitos mais anos.

A árvore da braúna parda, outrora abundante no litoral brasileiro do NE ao S, mereceu destaque nas informações escritas que os padres jesuítas no Brasil enviaram para a Europa. Em 1549 o padre Manuel da Nóbrega escreve ao 1º provincial português, o padre Simão Rodrigues de Azevedo, a informar da substituição dos santos óleos, que tardavam em chegar do Reino, pelo óleo da cabureiba (sic) (Nóbrega, p. 75). Com destaque entre os produtos que da capitania do Espírito Santo se enviavam, pela sua excelente qualidade, escreveu outro não menos famoso jesuíta, o padre Simão de Vasconcelos em 1663:

¹ Também chamada Cabreúva-parda Bálamo, Bálamo-caboriba, Bálamo-cabureiba, Bálamo-de-cheiro-eterno, Braúna, Caboré, Caboreiba, Caboretina, Caboriba, Cabreúna, Cabreúva, Cabreúva-amarela, Cabriúna, Cabriúna-preta, Cabriúva, Cabriúva-amarela, Cabriúva-parda, Cabriúva-preta, Cabriúva-vermelha, cientificamente com o nome de *Myrcarpus frondosus*.

(...) darei breve notícia do modo com que colhem, e usam do tesouro dos bálsamos aqueles moradores. São árvores altíssimas, de troncos grossos, e estendidas ramas, que excedem muito aos do célebre bálsamo da Palestina. Um género delas chamam os naturais cabureigba, de cor cinzenta, folhas à maneira de mirto, e casca e grossura de um dedo. Esta casca, pois, golpeada no mês de fevereiro, ou março, em conjunção de lua cheia, lança pelas feridas, em vez de sangue, cópia do licor amarelo fragantíssimo, e preciosíssimo, a que chamamos bálsamo, em tanta quantidade, que corre o mundo todo; ou como sai da árvore, ou feito em obra de bolas, vasos, contas, e semelhantes peças cheirosas, e prezadas. É admirável sua virtude medicinal; ele só, supre uma botica de remédios humanos; resolve, digere, e conforta por intensão cálida, e seca. Duas gotas dele levadas em jejum pela boca, desfaz a asma, e cruezas do ventre, e conforta as entranhas. Com ele morno esfregado o peito se desfazem as opilações frias; e esfregada a cabeça, e pescoço, com pano vermelho, corrobora o cérebro, preserva de apoplexia, e espasmo. Tem eficácia grande para sarar feridas, e mordeduras de animais peçonhentos. Os próprios brutos levados do instinto natural, quando estão feridos correm à árvore, e mordendo-lhe a casca acham remédio a seu mal. Em diversas partes do Brasil nascem estas árvores, no Rio de Janeiro, S. Vicente, Pernambuco; porém nem em tão grande cópia, nem de tão fino bálsamo, como na capitania do Espírito Santo.

(Vasconcelos, p. 225)

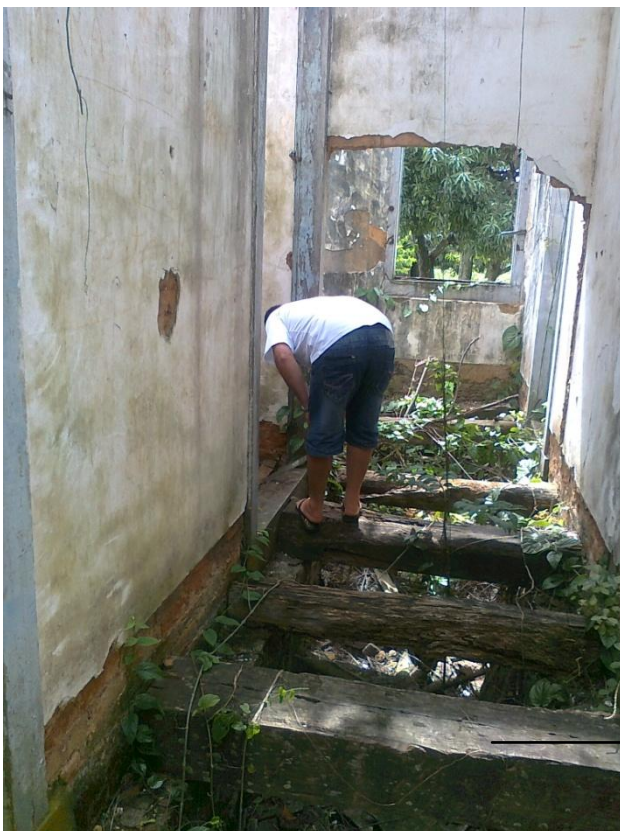


Foto 6 – Carpinteiro identifica e verifica o estado das madeiras ao longo do corredor da entrada principal.

Foto do autor, 13 novembro 2011

Nos corredores e nos quartos a maioria das vigas baldrames são de Braúna e Ipê Preto

O Casarão possui sete (7) quartos, uma (1) sala, localizada à direita da porta principal, e uma (1) cozinha, local onde existiam duas (2) portas, tudo interligado por um (1) corredor em L.



Foto 7 – Parede inicialmente com 4 janelas.

Foto do autor, 13 novembro 2011

Janela posteriormente
fechada com tijolo e
argamassa



Foto 8 – Na parede, inicialmente com 4 janelas, é bem visível o fechamento posterior.

Foto do autor. 13 novembro 2011

Aduela de porta interna com
vestígios de tinta azul.

As aduelas da porta principal são feitas de ipê preto, enquanto as aduelas das portas interiores são de ipê amarelo. Na parede interna que indicia recente derrubamento, as aduelas da porta que aí existia são de braúna parda.

6 | Telhado

De quatro (4) águas, construído segundo a técnica de tesoura, com tramas compostas por pontaletes, terças, ripas e caibros. O peso das madeiras e das telhas está distribuído de modo que este seja suportado nos locais onde as tesouras assentam na parede. Esta técnica permite a criação de grandes vãos.

Na atualidade, estas peças apresentam-se no mercado com dimensões mais reduzidas em virtude da relação escassez x preço das madeiras.



Foto 9 – Estrutura do telhado colonial de 4 águas.

Foto do autor, 13 novembro 2011

Pontalete

Tesoura

Caso as telhas remanescentes que se encontram empilhadas no chão à direita da porta principal sejam as originais ou semelhantes a elas, a cobertura seria feita de telha francesa.



Fotos 10 e 11

Telhas e estrutura do teto

Foto do autor, 13 novembro 2011



7 | Forro

São ainda bem visíveis em dois (2) dos cômodos na frente da casa as peças de madeira que suportavam o forro da casa, igualmente em madeira. Em alguns ainda se distinguem os pregos que pregavam as tábuas.



Foto 12 – Cômodo à esquerda da porta principal. Visíveis três das peças onde eram pregadas as tábuas do forro

Foto do autor, 13 novembro 2011

Peças de suporte do forro

8 | Estilo arquitetônico

O casarão possui as características da arquitetura civil e urbana do século XIX, pintada de branco com barrado azul em torno das portas e janelas, à semelhança das casas coloniais comuns na paisagem urbana das cidades históricas brasileiras que, por sua vez, têm origem em casas típicas da região portuguesa do Alentejo.

O telhamento é feito com recurso a dispositivos de tesouras e as telhas são de barro, normalmente do tipo francesa ou em goiva (colonial).

As paredes em alvenaria apresentam-se com tijolos maciços de barro.

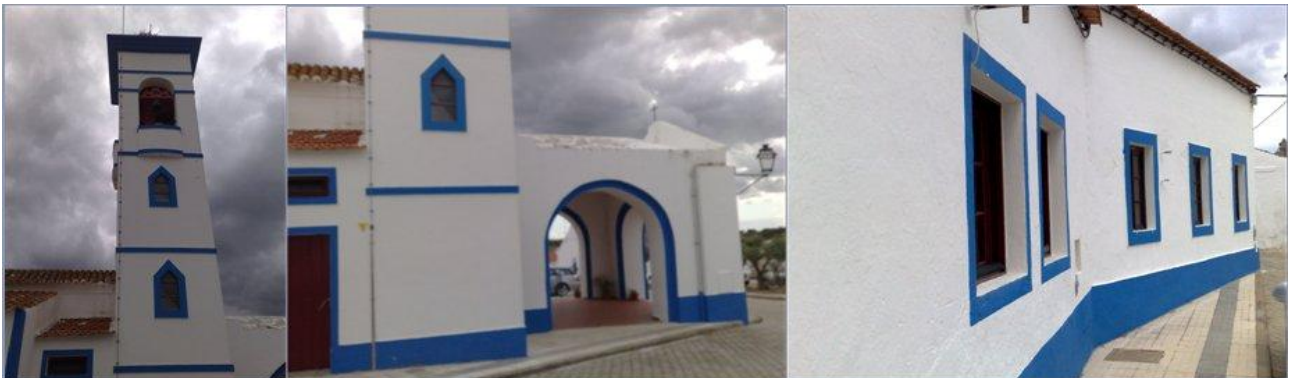
O revestimento é feito de argamassa convencional, coberta por cal.

Os caixilhos das janelas são de madeira rija e nobre, os quais estavam revestidos de tinta azul com base de óleo, como se pode ainda verificar naqueles que estiveram mais protegidos da ação do tempo.

Fig. B: Mariana – MG



Fig. C: Santa Susana – Alentejo (Portugal)



9 | Cenários de ocupação indígena pré e pós-colonial

“Para o Estado do Espírito Santo - pouco explorado do ponto de vista da Arqueologia - há uma quase ausência de informações. Ao todo reunimos fichas de registro de apenas 63 sítios

arqueológicos encontradas no Arquivo do IPHAN na cidade de Vitória (ES)”. “O Estado do Espírito Santo no banco de dados é parcamente conhecido em 63 sítios arqueológicos registrados, 12 projetos de pesquisa e 11 relatórios.” (NAJJAR e ALMEIDA).

A avaliação acima apresentada pelas arqueólogas dá uma ideia do estado atual dos conhecimentos, sobretudo quando comparado com a listagem de 569 sítios identificados no Estado do Rio de Janeiro. O déficit em favor do ES é significativo do quanto há ainda para fazer, dado que as informações históricas são unânimes em apresentar a capitania do Espírito Santo como um território densamente habitado por vários povos indígenas. Recorrendo, uma vez mais, aos padres jesuítas que neste território viveram e conviveram de perto com estas populações seja litorâneas, seja do sertão, temos, por exemplo o testemunho do padre Afonso Brás que, antes da vinda para a Vila de Vitória havia estado em Salvador, e na capitania de Porto Seguro, escrevia em 1551 do ES a propósito dos tupis: “São tantos e é a terra tão grande, e vão em tanto crescimento” (Brás, p.114). Outro dado através do qual se tem conhecimento de que a terra não estava desabitada está ligado, ainda, à lucrativa colheita da seiva das “caborahibas” no ES, vulgo braúnas pardas, cujo bálsamo bem cotado no mercado, fazia correr o risco de vida àqueles que se aventuravam na recolha do produto e fossem capturados por tribos hostis à ação dos colonos [*correm muito risco as pessoas que o vão buscar por causa dos inimigos que andam sempre naquela parte emboscados pelo mato e não perdoam a quantos acham*] (Gândavo, fol. 19). Obviamente, a guerra, o canibalismo, as doenças importadas e o álcool ajudaram a diminuir bruscamente a população. Contudo, o território não ficou despovoado.

Ainda no século XIX as notas dos visitantes célebres que atravessaram a província (Maximiliano de Wied-Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire e D. Pedro II) testemunharam a presença destes povos.

No que a Reritiba diz respeito o “Sítio Arqueológico Reritiba ainda não foi pesquisado e dele pouco se conhece. Sabe-se que possui vestígios da ocupação humana de dois períodos, o pré-histórico e o de contato entre a população que ali existia e os europeus” (Coelho e Dias, 1998).

Embora a distribuição da ocupação do solo pelos indígenas possa ser, por falta de estudos, especulativa, no caso de Anchieta sabemos que estes tiveram uma presença contínua e sistemática na área.

As configurações específicas do relevo e dos recursos hídricos geraram complexos estuarinos-lagunares com magníficas formações de manguezais atrativos para as populações indígenas.

A vegetação original era abundante; composta pela biodiversidade da mata Atlântica e as terras agricultáveis férteis. As condições apresentadas eram, portanto, suficientemente estimulantes quer para as populações de caçadores coletores, quer para os indivíduos sedentarizados e produtores aldeados pelos padres.

Encontrámos durante a recolha documental que fizemos sobre os jesuítas no ES indícios de que a área abrangida pela Companhia, a partir da residência de Reritiba, era a mais povoada do litoral do Estado, uma vez que aí se concentrava o maior número de missões: dezassete (CUNHA, p. 13), sem contar com as quatro em torno de Guarapari, igualmente sob administração dos padres de Reritiba. Em 1728, queixava-se um morador daquela cidade, de que os únicos a terem a assistência espiritual dum padre residiam entre o Sul da lagoa “MaemBá” e Itapemirim, a dois dias de distância, e que alguma da mão-de-obra utilizada em Guarapari era proveniente de Reritiba, onde os índios evangelizados destinados à defesa atingiam a cifra de 200 guerreiros².

² AHU, BA Cxa 34: Doc 80 CT: AHU-ACL-CU-007, Cx 02 Doc 160.

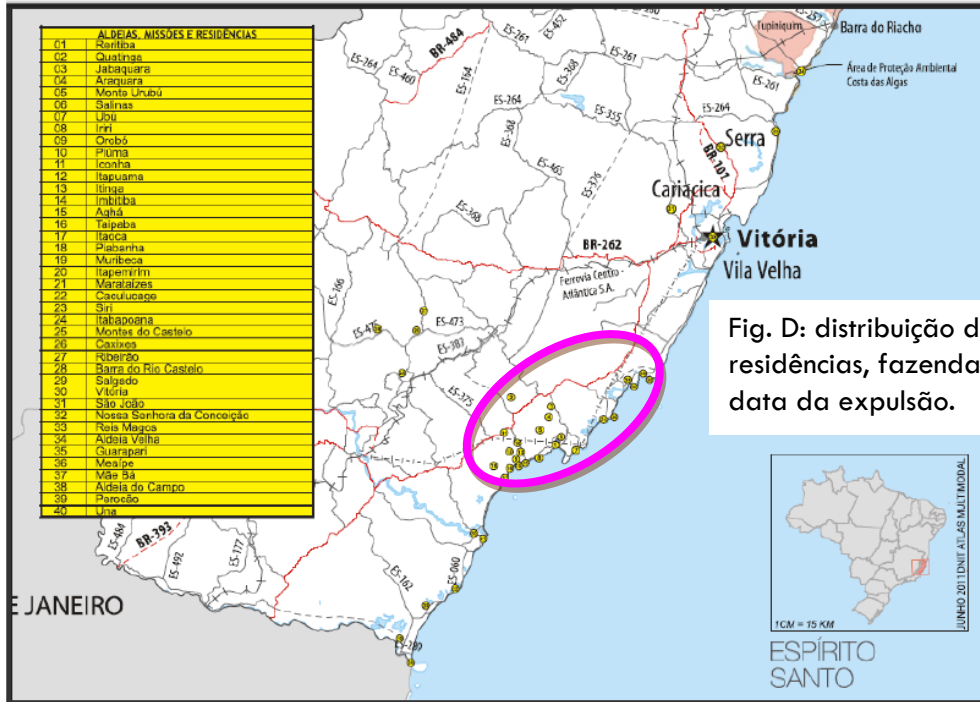


Fig. D: distribuição das missões, residências, fazendas e colégio jesuíticos à data da expulsão.

Na área envolvente do Casarão encontram-se reunidas as condições propícias à fixação humana.



Foto 13 – Nascente de água doce nas traseiras da casa.

Foto do autor, 13 novembro 2011

10 | Conclusão

O relatório resultante do processo analítico de diagnóstico ao Casarão e área envolvente, centrado na observação do edifício, aponta para uma dupla relevância do imóvel. No aspecto material, é um representante da arquitetura colonial, com recurso a materiais nobres e, portanto, caros que estavam fora do alcance da maioria da população o que sugere uma construção financiada por um indivíduo economicamente abastado ou pelo governo provincial. Seria interessante esclarecer a situação, porquanto as cartas dos párocos e os ofícios da Câmara de Benevente, aos presidentes da Província, revelam uma constante falta de dinheiro e, portanto, de investimentos públicos na vila, ao longo de todo o século XIX.

Pensando-se num futuro tombamento do Casarão, assim como no papel que o mesmo possa culturalmente vir a desempenhar, este será sempre um marco histórico pela função que o celebrizou. Sendo já poucos no Brasil os edifícios semelhantes que conseguiram sobreviver, importa, neste contexto, que seja feita a sua história ou pelo menos um levantamento de dados sobre o mesmo.

Relativamente à ocupação indígena, seria de se considerar uma intervenção arqueológica preventiva na área, uma vez que se desconhecem as áreas de ocupação do solo. Caso tal já tenha ocorrido, ela deveria prosseguir para acompanhamento e monitoramento arqueológico, de acordo com os arts 1º e 2º da Portaria nº 230 do IPHAN, de 17 dezembro de 2002, nas várias frentes de obra, podendo-se respeitar e compatibilizar com a calendarização das mesmas.

A fim de se potenciar a salvaguarda patrimonial dever-se-ia considerar uma intervenção de educação social, com uma das vertentes dirigida para diferentes segmentos da população estudantil, tendo-se em atenção a perspectiva da preservação e tomada de conhecimento do património da região que, historicamente, se reconhece como rico.

11 | Bibliografia

COELHO, Cristina e DIAS, Cristina Lodi. “A Igreja de Reritiba, Benevente e Anchieta”, in *Anchieta a Restauração de um santuário*, Org. Carol de Abreu. Rio de Janeiro: 6ª C. R. /IPHAN, 1998, pp. 47-59.

CUNHA, Maria José dos Santos. “A Companhia de Jesus na colonização do espírito santo: missões, fazendas e na vila de vitória”. In *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional UFES/Université Paris-Est/Universidade do Minho*. Vitória: UFES, 2011.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Historia da prouincia sa[n]cta Cruz a que vulgarme[n]te chamam Brasil / feita por Pero Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Illsre s[e]nor Dom Lionis P[ereir]a governador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India*. Impresso em Lisboa: na officina de Antonio Gonsaluez : vendense em casa de loão lopez liureiro na rua noua, 1576.

MARTIN, L. DOMINGUEZ, J.M.L.; SUGUIO. K.; FLEXOR J.M. *Geologia do Quaternário Costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: Editora CPRM, 1997.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes e ALMEIDA, Márcia Bezerra de. *(Re)Conhecendo o Patrimônio Arqueológico: Banco de Dados de Sítios Arqueológicos no Sudeste do Brasil*. Acesso em 11 novembro 2011. <http://www.naya.org.ar/congreso/ponencia3-13.htm>

NÓBREGA, Pº Manuel da, *Cartas do Brasil, 1549-1560*, Col. Reconquista do Brasil, Cartas Jesuíticas I, nº 147, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1988.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Introd. de Serafim Leite. Col. Dimensões do Brasil nº 5. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes – MEC, 1977.